

**IDENTIFICAÇÃO HUMANA *POST MORTEM* PELO MÉTODO ODONTOLÓGICO: REVISÃO DE LITERATURA*****POST MORTEM HUMAN IDENTIFICATION BY DENTAL METHODS: A LITERATURE REVIEW******IDENTIFICACIÓN HUMANA POST MORTEM MEDIANTE MÉTODOS ODONTOLÓGICOS: REVISIÓN DE LA LITERATURA***Aleksander de Oliveira Sena Melo¹, Deison Alencar Lucietto², Eliane Garritano Papa³

e757744

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.7744>

PUBLICADO: 05/2026

RESUMO

A identificação humana *post mortem* a partir das características odontológicas e morfológicas únicas em cada pessoa é utilizada em processos cíveis, criminais e desastres em massa. Considerando sua relevância social e para a formação odontológica, este estudo teve por objetivo descrever a operacionalização e as indicações das principais técnicas empregadas no contexto da identificação humana *post mortem* pelo método odontológico. Tratou-se de revisão integrativa de literatura realizada por meio de busca de artigos científicos, nas bases de dados: PubMed, SciELO, BVS Odontologia e Revista Brasileira de Odontologia Legal. Das 372 publicações localizadas, após leitura e análise dos títulos e resumos, 48 foram lidos na íntegra e 12 foram incluídos na síntese final. Identificou-se que a identificação humana *post mortem* é possível de ser operacionalizada mesmo em situações adversas, pois os corpos não preservados mantêm as características odontológicas. As principais técnicas relatadas na literatura científica foram a análise dos arcos dentais, a rugoscopia palatina, as radiografias e as tomografias computadorizadas. Embora cada técnica possua indicações específicas, que dependem da situação e dos recursos disponíveis, é preciso comparar as informações odontológicas do indivíduo registradas antes da morte em prontuário, com as informações odontológicas encontradas no cadáver durante o exame pericial. Portanto, conclui-se que o método de identificação humana *post mortem* pela Odontologia Legal é eficiente, acessível e de baixo custo, bem como um rápido meio para identificação humana, podendo ser realizado satisfatoriamente por meio de diferentes técnicas.

PALAVRAS-CHAVE: Odontologia Legal. Identificação humana. Métodos de identificação. Antropologia Forense. Registros odontológicos.

ABSTRACT

Postmortem human identification based on unique odontological and morphological characteristics of each individual is used in civil and criminal cases as well as in mass disaster situations. Considering its social relevance and its importance for dental education, this study aimed to describe the operationalization and indications of the main techniques employed in the context of postmortem human identification through dental methods. This was an integrative

¹ Mestrando em Odontologia Legal, Universidade Estadual de Campinas/SP.

² Mestre e Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz/RJ. Docente do Departamento de Saúde e Sociedade, Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ).

³ Mestre em Odontologia Social e Doutora em Clínica Odontológica pela Universidade Federal Fluminense. Docente do Departamento de Odontoclínica, UFF/RJ.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



literature review conducted through a search for scientific articles in the following databases: PubMed, SciELO, BVS Odontology, and the Brazilian Journal of Forensic Odontology. Of the 372 publications identified, after reading and analyzing the titles and abstracts, 48 were read in full and 12 were included in the final synthesis. It was found that postmortem human identification can be carried out even in adverse situations, since non-preserved bodies still retain odontological characteristics. The main techniques reported in the scientific literature were the analysis of dental arches, palatal rugoscopy, radiographs, and computed tomography scans. Although each technique has specific indications depending on the situation and available resources, it is necessary to compare the individual's dental information recorded before death in dental records with the dental findings observed in the body during the forensic examination. Therefore, it is concluded that the postmortem human identification method through Forensic Odontology is efficient, accessible, and low-cost, as well as a rapid means of human identification, which can be satisfactorily performed through different techniques.

KEYWORDS: *Forensic Odontology. Human identification. Identification methods. Forensic Anthropology. Dental records.*

RESUMEN

La identificación humana post mortem basada en las características odontológicas y morfológicas únicas de cada individuo se utiliza en procesos civiles, penales y en situaciones de desastres masivos. Considerando su relevancia social y importancia para la formación odontológica, este estudio tuvo como objetivo describir la operacionalización y las indicaciones de las principales técnicas empleadas en la identificación humana post mortem mediante el método odontológico. Se realizó una revisión integradora de la literatura mediante la búsqueda de artículos científicos, en las siguientes bases de datos: PubMed, SciELO, BVS Odontología y la Revista Brasileña de Odontología Legal. De las 372 publicaciones identificadas, tras la lectura y análisis de títulos y resúmenes, 48 fueron evaluadas en su totalidad y 12 fueron incluidas en la síntesis final. Los resultados indicaron que la identificación humana post mortem puede realizarse incluso en situaciones adversas, ya que los cuerpos no preservados mantienen características odontológicas útiles para la identificación. Las principales técnicas descritas en la literatura científica fueron el análisis de los arcos dentales, la rugoscopia palatina, las radiografías y tomografía computarizada. Aunque cada técnica posee indicaciones específicas según la situación y los recursos disponibles, es fundamental comparar la información odontológica registrada antes de la muerte en el expediente clínico con los hallazgos observados en el cadáver durante el examen pericial. Se concluye que la identificación humana post mortem mediante la Odontología Legal es un método eficiente, accesible y de bajo costo, además de ser un medio rápido y confiable para la identificación humana.

PALABRAS CLAVE: *Odontología Legal. Identificación humana. Métodos de identificación, Antropología Forense. Registros odontológicos.*

INTRODUÇÃO

A Odontologia Legal pode ser compreendida, de modo geral, como a área destinada à produção de esclarecimentos técnicos à Justiça, com base nos conhecimentos da Odontologia e de suas diversas especialidades.¹ De acordo com a Resolução CFO nº 63/2005, ela é a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



especialidade que estuda os “fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos que podem atingir ou ter atingido o homem, vivo, morto ou ossada, e mesmo fragmentos ou vestígios, resultando lesões parciais ou totais, reversíveis ou irreversíveis”.²

No contexto das atividades do especialista em Odontologia Legal, a perícia, entendida como a busca de provas necessárias para o esclarecimento de um acontecimento, é de grande relevância para a Justiça, por embasar suas decisões.³ O exame médico-legal, que pode ser realizado em pessoas vivas, sobre cadáveres, por meio de exumação ou por exames laboratoriais (toxicológicos e de identificação de DNA), constitui importante instrumento pericial.

3-6

Entre os métodos de identificação humana, bastante úteis em processos cíveis, criminais e em desastres em massa, destacam-se a datiloscopia, a Odontologia Legal e o perfil de DNA.⁷ Esse processo deve seguir cinco requisitos técnicos elementares: unicidade ou individualidade, imutabilidade, perenidade, praticabilidade e classificabilidade.^{1,8,9} Por se enquadrar nesses cinco requisitos, a identificação humana pelo método odontológico é considerada um dos métodos primários de identificação pela *The International Criminal Police Organization* (INTERPOL).¹

O método odontológico é particularmente valioso por apresentar vantagens como rápida e fácil aplicação e baixo custo, sobretudo quando comparado à análise de DNA. Pode ser utilizado em situações nas quais a identificação pelo método papiloscópico não é viável, como em vítimas com corpos não preservados – putrefeitos, esqueletizados, carbonizados ou em desastres em massa.⁶ Além disso, trata-se de um método que não exige número mínimo de pontos convergentes para estabelecer uma identificação positiva, a qual é definida a partir da qualidade dos pontos encontrados, bem como da explicação para eventuais divergências.¹⁰

Ao longo da história, a Odontologia Legal tem desempenhado papel relevante na identificação humana, especialmente em casos envolvendo corpos carbonizados ou em avançado estado de decomposição. Desde o incêndio do *Bazar de la Charité*, em Paris, em 1897 – no qual a maioria das vítimas foi identificada por meio da análise dentária – até grandes desastres e casos emblemáticos ao longo do século XX, como o naufrágio do Titanic (1912), a identificação de *Martin Bormann* (1972) e o acidente do *Scandinavian Star* (1990), observa-se a consolidação dos métodos odontológicos como ferramentas confiáveis no contexto forense.^{11, 12}

Embora sua relevância histórica remonte aos primórdios da profissão, esse campo do conhecimento passou a integrar obrigatoriamente os currículos odontológicos no Brasil apenas a partir de 1932, fato que contribuiu para que a Odontologia Legal, paulatinamente, se consolidasse como especialidade.¹ Posteriormente, sua importância foi reforçada no ordenamento jurídico, especialmente pelo artigo 6º da Lei nº 5.081/1966, que regulamenta o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



exercício da Odontologia no país e estabelece que “todo profissional cirurgião-dentista está apto a proceder à perícia odontolegal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa e utilizar, no exercício da função de perito odontólogo, em casos de necropsias, as vias de acesso do pescoço e da cabeça”.¹³

A delimitação dessa competência profissional possibilitou o subsequente desenvolvimento de saberes e práticas na área, ampliando os conhecimentos odontológicos a serviço do Direito e da Justiça,² bem como a oferta de formação em nível de graduação e pós-graduação. Dados do Conselho Federal de Odontologia de 2026 apontam a existência de 1.014 cirurgiões-dentistas especialistas em Odontologia Legal no país.

Considerando o alcance do método e sua relevância para a Justiça e para a sociedade, este estudo teve por objetivo descrever e analisar as indicações e a aplicabilidade das principais técnicas empregadas na identificação humana *post mortem* pelo método odontológico.

MÉTODOS

Foi realizada revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa. O estudo foi desenvolvido por meio dos seguintes passos: definição do tema e elaboração da questão de pesquisa; elaboração dos critérios de elegibilidade, inclusão e exclusão dos estudos; levantamento das publicações nas bases de dados; categorização e análise das informações encontradas nas publicações; avaliação dos estudos selecionados; apresentação dos resultados, incluindo análise crítica dos achados e síntese da revisão.¹⁴

Para direcionar a revisão, delineou-se como questão norteadora da pesquisa: “Quais são as características, indicações e formas de aplicação das principais técnicas utilizadas na identificação humana *post mortem* pelo método odontológico?”.

A construção deste trabalho foi elaborada a partir de artigos científicos identificados nas bases de dados PubMed, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Odontologia), bem como por meio de busca manual nas edições já publicadas da Revista Brasileira de Odontologia Legal, no período de julho a outubro de 2025.

Foram utilizados descritores controlados dos vocabulários MeSH (*Medical Subject Headings*) e DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), quando disponíveis, associados a palavras-chave livres em inglês e português, combinados por operadores booleanos (*AND*, *OR*), com o objetivo de ampliar a sensibilidade da busca.

Na base PubMed, foram utilizados como descritores controlados (MeSH) os termos: “*Dentistry*”, “*Disasters*” e “*Radiography*”. Adicionalmente, foram empregadas palavras-chave

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



livres, como *“teeth”*, *“human identification”* e *“legal dentistry”*, considerando variações terminológicas não indexadas. As estratégias de busca foram realizadas por meio de combinações com operadores booleanos, incluindo: (*“Dentistry”* OR *“teeth”*) AND (*“human identification”*); (*“Disasters”*) AND (*“Dentistry”*) AND (*“human identification”*); (*“Radiography”*) AND (*“Dentistry”*) AND (*“human identification”*).

Na base SciELO, foram utilizados descritores controlados (DeCS), como “Odontologia Legal”, “Identificação Humana”, “Radiografia” e “Radiologia”, associados entre si por operadores booleanos. Também foram considerados seus correspondentes em inglês, quando aplicável. As combinações incluíram: (“Odontologia Legal”) AND (“Identificação Humana”); (“Radiografia” OR “Radiologia”) AND (“Identificação Humana”).

Na BVS Odontologia, foram utilizados descritores DeCS semelhantes aos empregados na SciELO, incluindo “Odontologia Legal”, “Identificação Humana”, “Radiologia” e “Radiografia”, associados a termos livres em inglês, como *“legal dentistry”*, *“radiology”* e *“human identification”*. As estratégias de busca incluíram: (*“legal dentistry”*) AND (*“human identification”*); (*“radiology”*) AND (*“legal dentistry”*) AND (*“human identification”*).

Como o sítio eletrônico da Revista Brasileira de Odontologia Legal não permite busca avançada por descritores, realizou-se uma busca pormenorizada nas edições já publicadas no período de 2018 a 2025, com o objetivo de ampliar a sensibilidade da estratégia de identificação dos estudos. O recorte temporal adotado justifica-se pela intenção de contemplar produções científicas mais recentes e alinhadas às práticas contemporâneas da Odontologia Legal.

Foram adotados como critérios de inclusão: os artigos completos disponíveis integralmente nas bases de dados selecionadas; artigos publicados na língua portuguesa ou inglesa; estudos que abordassem a temática proposta; e publicações entre 2013 e 2025, com exceção dos artigos da Revista Brasileira de Odontologia Legal, para os quais se considerou o período de 2018 a 2025, correspondente às edições disponíveis para consulta. Foram excluídos artigos repetidos, incompletos, que não apresentaram aderência aos objetivos do estudo ou que se afastaram da delimitação temática proposta.

Os textos foram inicialmente triados em duplicata a partir da leitura de seus títulos e, posteriormente, de seus resumos, com vistas à seleção daqueles elegíveis para análise integral. A identificação e remoção de duplicados foram realizadas manualmente, mediante comparação de títulos, autores, ano de publicação e periódico de origem, inicialmente dentro de cada base de dados e, em seguida, entre as diferentes bases consultadas, garantindo a exclusão de registros repetidos. Para tanto, as variáveis acima descritas foram inseridas em uma planilha do Microsoft Excel.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



A leitura dos textos compreendeu, em um primeiro momento, a leitura inspeccional, de caráter exploratório e superficial; a leitura analítica, voltada à compreensão aprofundada do conteúdo; e, por fim, a leitura sintópica, que possibilitou a comparação e a integração crítica das informações entre os diferentes estudos incluídos.

Ressalta-se que, embora o recorte metodológico deste estudo contemple publicações até 2025, foram utilizados dados atualizados de 2026 na introdução, com a finalidade de contextualização.

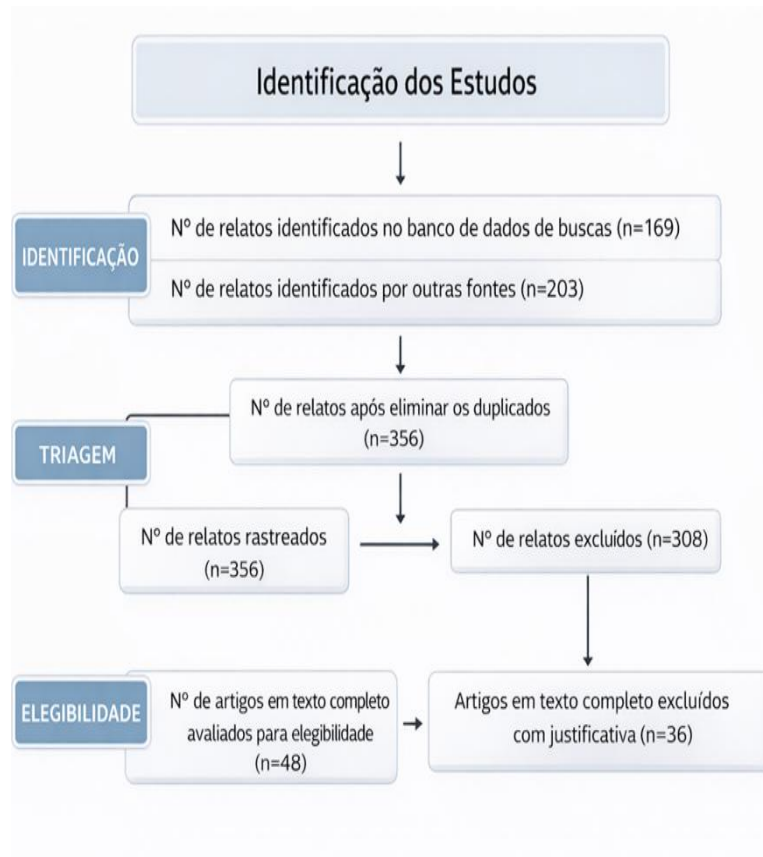
RESULTADOS

Inicialmente, foram identificados 372 registros, sendo 169 provenientes das bases de dados e 203 de outras fontes. Após a remoção de duplicatas, realizada por meio da comparação de títulos, autores, ano de publicação e periódico, permaneceram 356 estudos para a etapa de triagem.

Na fase de triagem, baseada na leitura de títulos e resumos, foram excluídos 308 estudos por não apresentarem aderência à temática da identificação humana por métodos odontológicos, por abordarem o tema de forma tangencial ou por não contemplarem as técnicas de interesse da pesquisa.

Dos 48 artigos selecionados para leitura na íntegra, 36 foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade, sobretudo em razão da ausência de detalhamento das técnicas empregadas, da inadequação ao escopo da pesquisa ou por não responderem à questão norteadora. Ao final, 12 estudos foram incluídos na análise qualitativa (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma de informações com as diferentes fases da revisão



Fonte: Elaboração própria (2025).

Com o intuito de sistematizar os dados foi utilizado um quadro sinóptico, contendo: título e autoria, base de dados de indexação, idioma, país de origem, objetivos, metodologia empregada e os principais resultados e conclusões referentes à temática proposta nesta revisão (Quadro 1).

Quadro 1. Síntese dos principais dados referentes às publicações incluídas que focam na identificação humana *post mortem* a partir das técnicas de identificação da Odontologia Legal

Título / Autoria	Base de dados/ idioma	Método	Principais Resultados
<p>Comparação de dois métodos de rugoscopia palatina na identificação humana.</p> <p>(Ramirez <i>et al.</i>, 2021)¹⁵</p>	<p>Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal</p> <p>Idioma: português</p>	<p>Amostra de 30 indivíduos (18–40 anos). Foram obtidas fotografias intraorais do palato e modelos de gesso com demarcação das rugas palatinas. Realizaram-se duas análises: comparação por sobreposição via software e análise visual entre modelos e imagens intraorais.</p>	<p>Foram aplicados os testes <i>t student</i> (P=0,053) e <i>Kruskal-Wallis</i> (P=0,990), que demonstraram não existir diferença significativa entre os resultados obtidos pelas diferentes análises, e nem variância estatisticamente significativa entre os grupos.</p>
<p>O uso da tomografia computadorizada para identificação humana em Odontologia Legal – revisão de literatura.</p> <p>(Silva <i>et al.</i>, 2021)¹⁶</p>	<p>Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal</p> <p>Idioma: português</p>	<p>Revisão (1998–2019); inclusão: TC de crânio; exclusão: outros métodos/imagens sem arcos dentais/crânio.</p>	<p>Foram incluídos 6 estudos (Austrália, Itália, Alemanha e Brasil), sendo metade em corpos esqueletizados. O trabalho apresenta tabela com autores, tipos de tomógrafos, estado de decomposição e ano de publicação.</p>
<p>Importância da documentação ortodôntica para a análise odontológica e rugoscópica forenses: relato de caso</p> <p>(Silva; Martins; Amaral, 2021)¹⁷</p>	<p>Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal</p> <p>Idioma: português</p>	<p>Relato de caso pericial.</p>	<p>O exame odontológico comparou dados <i>post mortem</i> com radiografias e fotografias intraorais de 2012, evidenciando múltiplas concordâncias e ausência de incompatibilidades, permitindo a identificação positiva da vítima.</p>
<p>Vantagens e limitações em uma identificação odontológica radiológica: relato de caso pericial</p> <p>(Pereira <i>et al.</i>, 2021)¹⁸</p>	<p>Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal</p>	<p>Relato de caso pericial.</p>	<p>A comparação entre radiografias panorâmica e periapicais <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> permitiu a identificação positiva do cadáver carbonizado, com base na concordância dos achados odontológicos e na ausência de divergências inexplicáveis.</p>

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



	Idioma: português		
Identificação odontolegal por meio de tomografia computadorizada para planejamento de implantes – relato de Caso pericial. (Castro <i>et al.</i> , 2020) ¹⁹	Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal Idioma: português	Relato de caso pericial.	A comparação de imagens radiológicas <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> permitiu a identificação positiva do cadáver, com base na concordância dos achados e ausência de divergências.
Identificação de vítima de afogamento por meio de documentação ortodôntica: relato de caso. (Baldin <i>et al.</i> , 2019) ²⁰	Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal Idioma: português	Relato de caso pericial.	Através das características morfológicas e radiológicas dos dentes, pela comparação entre os dados <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> , foi possível gerar uma identificação positiva da vítima.
<i>Identifying missing people: The contribution of forensic dentistry and DNA</i> (Corradi <i>et al.</i> , 2017) ²¹	Base de dados: SciELO Idioma: inglês	Estudo transversal com dados secundários do setor de Antropologia Forense (2008–2014), envolvendo perícias de identificação por Odontologia Legal e DNA.	n=241; DNA (79,3%) vs. odontologia (20,7%); materiais: cadáveres (53,9%), ossadas (44,9%), segmentos (1,2%); exame odontológico mais célere e independente da documentação.
Utilização da rugoscopia palatina para identificação de corpo carbonizado – relato de caso pericial. (Argollo <i>et al.</i> , 2017) ²²	Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal Idioma: português	Relato de caso pericial.	Prontuário com documentação ortodôntica e modelos de gesso. Comparação <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> das rugosidades palatinas auxiliou na confirmação da identidade.
Identificação odontológica <i>post mortem</i> por meio de fotografias do sorriso: revisão de literatura	Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal	Foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de identificar relatos de casos periciais que utilizaram imagens fotográficas <i>ante mortem</i> do sorriso como método	Para a organização dos dados, foi elaborada uma tabela contendo a relação dos estudos que empregaram fotografias do sorriso - sejam <i>selfies</i> ou imagens casuais - para a obtenção de identificação



(Fernandes <i>et al.</i> , 2017) ²³	Idioma: português	comparativo no processo de identificação humana.	positiva, tanto como método principal quanto como recurso auxiliar.
Desastres em massa: a utilização do protocolo de DVI da INTERPOL pela Odontologia Legal (Biancalana <i>et al.</i> , 2015) ²⁴	Base de dados: Revista Brasileira de Odontologia Legal Idioma: português	Tratou-se de uma revisão de literatura que abordou o protocolo DVI <i>Guide</i> da INTERPOL, utilizado por odontologistas em contextos de desastres em massa, destacando sua aplicação e efetividade.	Evidenciou-se a importância de formulários padronizados, simples e eficientes para atuação célere em desastres com múltiplas vítimas, inclusive em contextos internacionais. Os dados também reforçam a efetividade do protocolo DVI <i>Guide</i> e a relevância da Odontologia Legal nesses cenários.
<i>Effectiveness of dental records in human identification</i> (Almeida <i>et al.</i> , 2015) ²⁵	Base de dados: SciELO Idioma: inglês	Relato de caso pericial.	Decomposição avançada inviabilizou a papiloscopia. O confronto odontológico <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i> evidenciou concordâncias e permitiu identificação positiva.
Identificação humana por meio do estudo de imagens radiográficas odontológicas: relato de caso. (Scoraliki <i>et al.</i> , 2013) ²⁶	Base de dados: SciELO Idioma: português	Relato de caso pericial.	Foram identificados 12 pontos de concordância entre as imagens, suficientes para a identificação: 10 relacionados a materiais e formas restauradoras e 2 ao posicionamento dentário.

Legenda:

TC: tomografia computadorizada

DVI: Identificação de Vítimas de Desastres

Fonte: Elaboração própria (2025).

DISCUSSÃO

A documentação odontológica representa um conjunto de registros imprescindíveis à atividade clínica, mas que também pode servir como prova em casos jurídicos, como nos processos de identificação humana.³⁻⁶ Para tanto, o correto preenchimento e armazenamento dessa documentação, que pode auxiliar o cirurgião-dentista em processos éticos, civis, administrativos e criminais, deve ser compreendido como etapa importante da rotina clínica.²⁷

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



A Resolução nº 91/2009 do Conselho Federal de Odontologia (CFO), em seu artigo 8º, estabelece que o prazo mínimo para a preservação do prontuário em suporte de papel, não arquivado eletronicamente, deve ser de 10 anos a partir do último registro. Nesse contexto, o prontuário odontológico, elaborado de forma correta e armazenado de maneira adequada pelo cirurgião-dentista, pode desempenhar papel fundamental no contexto pericial.^{11, 12}

A identificação humana positiva pelo método odontológico depende, sobretudo, da qualidade dos pontos convergentes obtidos no confronto entre as informações *ante mortem* e *post mortem* da vítima. Não há quantidade mínima de pontos convergentes para uma identificação odontolegal positiva, diferentemente da datiloscopia, na qual são necessários 12 pontos convergentes para se afirmar uma identidade.^{8, 10, 20,28}

De acordo com a literatura, a identificação humana *post mortem* pelo método odontológico destaca-se por sua aplicabilidade em contextos forenses, especialmente pela viabilidade operacional. O fato de os arcos dentários apresentarem diversas características capazes de individualizar uma pessoa, bem como de permanecerem preservados ao longo do tempo e frente a condições adversas, está entre os principais motivos para a indicação do método odontológico. Pode-se afirmar que as características odontológicas figuram como a “caixa-preta” do corpo, metáfora que ilustra sua relevância.^{1, 29-32}

Nos desastres em massa, a identificação das vítimas segue os mesmos princípios da identificação individual, baseada na comparação de dados, porém orientada por protocolo específico da INTERPOL, o *Disaster Victim Identification* (DVI Guide). Esse protocolo estabelece a atuação de equipes multidisciplinares compostas por médico-legista, odontologista, psicólogo, policiais e um coordenador, podendo incluir profissionais de diferentes países, quando necessário. Inicialmente, uma equipe precursora avalia o cenário do desastre, considerando aspectos como extensão da área, número estimado de vítimas, logística e necessidade de estrutura pericial, incluindo a instalação de um IML de campanha.^{24,33}

A identificação odontológica no contexto DVI utiliza formulários padronizados para registro de dados *ante mortem* e *post mortem*, com notação específica e detalhamento minucioso das condições dentárias, incluindo exames clínicos e radiológicos. O processo envolve subequipes distintas (*ante mortem*, *post mortem* e confronto), responsáveis pela coleta e comparação das informações, sendo recomendada uma proporção mínima de profissionais em relação ao volume de vítimas. Após a identificação positiva, formalizada por meio do “*Identification report*”, o corpo é liberado. Todo o procedimento deve ser devidamente documentado, assinado e armazenado, evidenciando a relevância da Odontologia Legal e do protocolo DVI na condução eficiente e segura da identificação em desastres em massa.^{24,34,35}

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



O uso da rugoscopia palatina torna-se viável porque, além de suas características serem únicas em cada indivíduo, apresenta grande resistência ao calor, a traumas e à decomposição.^{15,36} Em razão desse conjunto de especificidades, a técnica é considerada elegível para fins de identificação.

A rugoscopia palatina conta com numerosas classificações que contemplam, predominantemente, suas características e posicionamento,^{9, 37} dentre as quais se destacam: a classificação de Trobo-Hermosa, a classificação de Carrea e a classificação de Martin dos Santos.³⁸

Para que seja possível a execução dessa técnica, é necessário que exista documentação bem arquivada e catalogada da vítima, como modelos de gesso oriundos de documentação ortodôntica ou fotografias intraorais que evidenciem o palato. Dessa forma, realiza-se o confronto entre o material *ante mortem* e as rugosidades palatinas da vítima *post mortem*.¹

Essa análise comparativa geralmente é realizada por meio do delineamento das rugas palatinas, a fim de realçá-las, para, então, proceder à superposição digital via *software*, comparando-se as rugas evidenciadas no modelo com as fotografias do palato, ou à comparação visual entre modelos de gesso e fotografias.^{15,22}

No que diz respeito à rugoscopia palatina, destacam-se algumas restrições à sua aplicabilidade, tais como: (1) possibilidade de alteração do padrão das rugas palatinas em decorrência de falhas na técnica de moldagem; (2) presença de rugas pouco demarcadas ou de baixa expressão; e (3) alterações anatômicas decorrentes de intervenções ortodônticas, como a expansão rápida da maxila.¹⁷ Outra limitação refere-se à obtenção de radiografias intraorais convencionais no contexto *post mortem*, que pode apresentar dificuldades relacionadas à execução da técnica, ao processamento da imagem, à nitidez e à ocorrência de distorções.¹⁸

Além da ficha clínica odontológica e das técnicas já mencionadas, a Odontologia Legal também pode utilizar imagens radiológicas para a identificação humana. Nessa perspectiva, a comparação entre radiografias *ante mortem* e *post mortem* constitui ferramenta fundamental para a prática odontolegal.^{8, 29, 39}

Sob uma perspectiva histórica, a Radiologia foi introduzida nas Ciências Forenses em 1896, um ano após *Roentgen* ter descoberto os raios X²⁹. Desde então, com o advento de novas tecnologias, exames radiológicos vêm sendo aplicados de forma crescente nos processos de identificação humana.

Em 1993, *Kessler* e *Pemble* demonstraram a importância da Odontologia Legal na identificação de vítimas da Operação Tempestade no Deserto. Entre 251 vítimas, a análise de radiografias panorâmicas permitiu a identificação positiva de 244 delas.²⁹

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



Alguns dos principais parâmetros utilizados para análise e comparação em radiografias odontológicas convencionais – panorâmicas ou periapicais – incluem: (1) dentes presentes e ausentes; (2) posicionamento dentário; (3) raízes residuais; (4) forma dos dentes e das raízes; (5) lesões ósseas; e (6) tratamentos dentários, como procedimentos endodônticos, pinos intrarradiculares e próteses.^{26, 39}

Uma das limitações da identificação humana em Odontologia Legal reside no fato de se basear em análise comparativa entre dados *ante mortem* - obtidos, sobretudo, por meio de prontuários odontológicos - e achados *post mortem*, tornando-se, portanto, dependente da qualidade e da disponibilidade de registros previamente elaborados por outros cirurgiões-dentistas. Tal aspecto, por outro lado, evidencia a importância da adequada documentação clínica.¹⁰

Atualmente, o método radiológico extrapola as radiografias convencionais, uma vez que o uso da tomografia computadorizada passou a integrar a rotina da Odontologia.¹⁸ A utilização da tomografia computadorizada constitui importante recurso nas perícias odontológicas, pois oferece vantagens como ausência de sobreposição de imagens, maior nitidez, visão tridimensional, maior facilidade para obtenção da posição adequada do esqueleto da vítima, riqueza de detalhes anatômicos e potencial auxílio na determinação da causa da morte.³⁷

Independentemente da técnica empregada, é essencial o cuidado e a responsabilidade do cirurgião-dentista no registro e armazenamento adequado da documentação odontológica de seus pacientes, em conformidade com os preceitos do Código de Ética Odontológica⁴⁰ e com a legislação vigente. Um prontuário bem elaborado proporciona documentação *ante mortem* de qualidade para fins de identificação humana, além de conferir respaldo legal e jurídico ao profissional.

Destaca-se, ainda, que as técnicas descritas não apresentam, isoladamente, o mesmo valor identificatório, havendo variação em sua capacidade de individualização. Nesse sentido, a utilização combinada de métodos tende a aumentar a robustez e a confiabilidade do processo identificatório.

Como limitação do presente estudo, ressalta-se o número reduzido de artigos incluídos na análise final, bem como a predominância de relatos de caso, de publicações nacionais e de estudos oriundos da Revista Brasileira de Odontologia Legal. Tal configuração pode restringir a robustez da síntese e limitar a generalização dos achados, refletindo, em parte, a própria natureza da produção científica na área. Ademais, observa-se certo descompasso entre a proposta metodológica de revisão integrativa e a base empírica disponível, aspecto que deve ser considerado na interpretação dos resultados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura analisada, constatou-se que a operacionalização do método odontológico para a identificação humana *post mortem* apresenta relevante potencial, menor custo operacional em comparação à análise de DNA e pode proporcionar maior celeridade na identificação, especialmente em condições favoráveis. Em linhas gerais, destaca-se também que as técnicas de identificação humana empregadas na Odontologia Legal - análise dos arcos dentários, rugoscopia palatina, radiografias e tomografias computadorizadas -, cada uma com suas peculiaridades, configuram importantes ferramentas para as Ciências Forenses. A indicação de uma ou outra técnica dependerá de fatores como a existência prévia de documentação odontológica, a qualidade dos registros, as condições do cadáver, o acesso a tecnologias e a expertise dos profissionais envolvidos.

REFERÊNCIAS

1. Vanrell JP. Odontologia legal e antropologia forense. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2019.
2. Conselho Federal de Odontologia. Resolução nº63/2005. Brasília: CFO; 2012.
3. Peres AS, et al. Peritos e perícias em odontologia. Rev Odontol Univ Cid São Paulo. 2007;19(3):320-4.
4. Musse JO, et al. Importância pericial das radiografias panorâmicas e da análise odontológica para identificação humana: relato de caso. Rev Odontol UNESP. 2011;40(2):108-11.
5. Silveira EMSZS. Odontologia legal: a importância do DNA para as perícias e peritos. Saúde Ética Justiça. 2006;11(1-2):12-8.
6. Souza VS, et al. Identificação humana pela odontologia legal no Instituto Médico Legal de Roraima (2014-2018). Rev Bras Odontol Leg. 2021;8(3):20-8.
7. Gioster-Ramos ML, et al. Técnicas de identificação humana em odontologia legal. Res Soc Dev. 2021;10(3):e20310313200.
8. Mascarenhas DS, et al. Uso da radiografia panorâmica como fonte de informação para a identificação humana. Rev Bras Odontol Leg. 2023;10(2):87-95.



9.Garofalo Rosas JS, Vallejo Izquierdo LA. Uso de la rugoscopia palatina en odontología forense según clasificación de Basauri: revisión literaria. *Aula Virtual*. 2024;5(12):e411.

10.Magalhães LV, Pacheco KTS, Carvalho KS. O potencial da odontologia legal para a identificação humana das ossadas do Departamento Médico Legal de Vitória/ES. *Rev Bras Odontol Leg*. 2015;2(2):5-19.

11.Oliveira RN, Daruge E, Galvão LCC, Tumang AJ. Contribuição da odontologia legal para a identificação post-mortem. *Rev Bras Odontol*. 1998;55(2):117-22.

12.Vanrell JP. Conceitos e noções históricas em odontologia legal. In: Vanrell JP, et al. *Odontologia legal e antropologia forense*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002. p.[sem página].

13.Brasil. Lei nº5.081, de 24 de agosto de 1966. Regula o exercício da odontologia. Brasília (DF): Diário Oficial da União; 1966.

14.Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*. 2008;17(4):758-64.

15.Ramirez I, et al. Comparação de dois métodos de rugoscopia palatina na identificação humana. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(3):29-37.

16.Silva MAC, et al. O uso da tomografia computadorizada para identificação humana em odontologia legal: revisão de literatura. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(1):99-107.

17.Silva WF, Martins LBCM, Amaral MA. Importância da documentação ortodôntica para análise odontológica e rugoscópica forenses: relato de caso. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(3):103-14.

18.Pereira SDR, et al. Vantagens e limitações em uma identificação odontológica radiográfica: relato de caso pericial. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(3):95-102.

19.Castro AGB, et al. Identificação odontolegal por meio de tomografia computadorizada para planejamento de implantes: relato de caso pericial. *Rev Bras Odontol Leg*. 2020;7(2):112-21.

20.Baldin M, et al. Identificação de vítima de afogamento por meio de documentação ortodôntica: relato de caso. *Rev Bras Odontol Leg*. 2019;6(2):61-8.

21.Corradi LM, et al. Identifying missing people: the contribution of forensic dentistry and DNA. *Rev Odontol UNESP*. 2017;46(6):313-8.

22.Argollo SP, et al. Utilização da rugoscopia palatina para identificação de corpo carbonizado: relato de caso pericial. *Rev Bras Odontol Leg*. 2017;4(1):107-13.

23.Fernandes LCC, et al. Identificação odontológica post-mortem por meio de fotografias do sorriso: revisão de literatura. *Rev Bras Odontol Leg*. 2017;4(3):57-66.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



24. Biancalana RC, et al. Desastres em massa: a utilização do protocolo de DVI da INTERPOL pela odontologia legal. Rev Bras Odontol Leg. 2015;2(2):48-62.

25. Almeida SM, et al. Effectiveness of dental records in human identification. Rev Gaúcha Odontol. 2015;63(4):502-6.

26. Scoraliki RA, et al. Identificação humana por meio do estudo de imagens radiográficas odontológicas: relato de caso. Rev Odontol UNESP. 2013;42(1):67-71.

27. Fortes ABC, Furtado FM, Lima LNC. Análise da importância da documentação odontológica no processo de identificação humana no IML de São Luís, Maranhão. Rev Bras Odontol Leg. 2020;7(2):22-32.

28. Betolli L, et al. É possível identificar positivamente um corpo carbonizado somente por dois dentes? Relato de um caso pericial. Rev Bras Odontol Leg. 2015;2(2):105-15.

29. Carvalho SPM, et al. A utilização de imagens na identificação humana em odontologia legal. Radiol Bras. 2009;42(2):125-30.

30. Figueira Júnior E, Moura LCL. A importância dos arcos dentários na identificação humana. Rev Bras Odontol Leg. 2014;21(1):22-7.

31. Silveira A. A importância do odontologista dentro do Instituto Médico Legal. Rev Bras Med Trab. 2013;11(1):34-9.

32. Velho JA, Geiser GC, Espíndula A. Ciências forenses: uma introdução às principais áreas da criminalística moderna. 3ª ed. Campinas: Millennium; 2013.

33. Allen-Hall A, McNevin D. Human tissue preservation for disaster victim identification (DVI) in tropical climates. Forensic Sci Int Genet. 2012;6(5):653-7.

34. INTERPOL. Disaster victim identification guide. Lyon: INTERPOL; 2014. Disponível em: www.interpol.int.

35. Valck E. Major incident response: collecting ante-mortem data. Forensic Sci Int. 2006;159(1):15-9.

36. Francelino IF, Silva MLBA, Fagundes ACG. Escaneamento intraoral como ferramenta de identificação humana através das rugosidades palatinas. Rev Bras Odontol Leg. 2023;10(1):9-18.

37. Silva FLM, et al. Avaliação do padrão morfológico de rugoscopia palatal em uma população brasileira. Rev Bras Odontol Leg. 2019;6(2):2-12.

38. Daruge E, et al. Tratado de odontologia legal e deontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017.



39.Gómez CY, Borgo Cosentino P, Briem Stamm AD. Identificación de personas a través del cotejo de radiografías panorámicas y periapicales: comparación de características observadas en 30 pacientes. Rev Asoc Odontol Argent. 2025;113(1):22.

40.Conselho Federal de Odontologia. Código de Ética Odontológica: Resolução CFO nº118/2012. Brasília: Conselho Federal de Odontologia; 2012.